

## **Ministra da Educação ao Correio da Educação Críticas sobre a forma e o tempo da condução de políticas, em regra, escondem a vontade de não mudar coisa alguma.**



### **1. Nesta legislatura diversas e extensas medidas foram empreendidas pelo Ministério da Educação (ME): qual considera a mais benéfica para melhorar as aprendizagens dos alunos?**

É importante destacar duas áreas de intervenção: o 1º ciclo do Ensino Básico e o Ensino Profissional. Ao longo dos últimos dois anos o Ministério da Educação e as autarquias fizeram um esforço conjunto para melhorar as condições de ensino e aprendizagem no 1º ciclo: encerraram-se escolas isoladas e de insucesso, aprovaram-se as cartas educativas e prepararam-se os instrumentos financeiros para a renovação da rede de escolas básicas; alargámos também o horário de funcionamento e lançámos o programa da escola a tempo inteiro com Inglês, Actividade Física e ensino da Música, entre outras actividades; aumentou também o número de escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, cerca de 90%, que passou a fornecer refeições escolares aos alunos. O principal obstáculo à escola a tempo inteiro tem sido o funcionamento das escolas em regime duplo: em 2005 cerca de 50% das escolas não tinham condições para funcionar a tempo inteiro. Este ano, serão cerca de 90% as escolas do 1º ciclo a funcionar em regime normal, permitindo consolidar e melhorar as condições de promoção e concretização do programa das actividades de enriquecimento curricular.

A outra área de intervenção prioritária é a do Ensino Profissional. Perante os níveis de abandono de alunos que não completaram o 9º ano, mas sobretudo no Ensino Secundário, foi diversificada a oferta formativa e alargada a rede de cursos profissionais nas escolas secundárias públicas e nas escolas profissionais. Estas ofertas profissionalizantes, de nível básico e secundário, abrangem cursos de educação e formação (CEF) e cursos profissionais. No Ensino Básico, os CEF de nível 2 praticamente duplicam passando de 1288, no ano lectivo de 2006/2007, para 2090, em 2007/2008. A duplicação da oferta de CEF ajuda a responder ao problema dos alunos que abandonam precocemente o sistema de ensino sem a escolaridade obrigatória e sem uma qualificação profissional. Ao nível do Ensino Secundário, a oferta de cursos profissio-

nais, que conferem dupla certificação escolar e profissional, aumenta para o dobro neste ano lectivo, ultrapassando os 1000 cursos.

### **2. Uma das críticas que diversos sectores fazem às políticas que tem conduzido não é tanto sobre a substância mas sobre a forma e o tempo da realização. Reconhece alguma pertinência nesta observação?**

Críticas sobre a forma e o tempo da condução de políticas, em regra, escondem a vontade de não mudar coisa alguma. Não existem formas e tempos óptimos para a acção política; o que existe são os problemas e a nossa vontade e capacidade de intervenção no sentido da sua resolução.

### **3. A generalização do Ensino Profissional tem sido uma aposta clara. O que está a ser feito para evitar que seja a via para os deserdados do sistema, e por outro lado, como é que escolarmente se poderão promover estas fileiras e o que é que está previsto ou será possível fazer para valorizar empresarialmente e socialmente estas formações?**

Os deserdados do sistema são os alunos que não completavam o 9º ou o 12º ano – em parte pelo modo como o Ensino Secundário estava organizado –, e que, com o alargamento da oferta formativa e o reforço do Ensino Profissional, vão ter mais possibilidades de completar o seu percurso formativo. Ao mesmo tempo, os conteúdos e as competências que os alunos inscritos nas vias mais profissionalizantes podem ser mais adequados às competências requeridas no mercado de trabalho.

Por outro lado, o facto de o Ensino Profissional começar a fazer parte também da oferta das escolas secundárias públicas deve ser um sinal de que o sistema educativo está a usar os recursos disponíveis para proporcionar aos jovens oportunidades. Se conseguirmos atingir a meta de assegurar de que, em 2010, 50% dos cursos oferecidos forem organizados em vias profissionalizantes, o cumprimento desse objectivo conferiria só por si o reconhecimento de que o Ensino Profissional é uma via válida para os estudantes e as suas famílias. Ao

mesmo tempo, o Ensino Profissional já é em larga medida valorizado pelos empregadores, que vêm com bons olhos as alterações introduzidas.

A valorização social num sentido mais amplo, essa, será necessariamente progressiva e lenta. Não poderemos alterar de um momento para o outro ideias fortemente enraizadas na sociedade portuguesa de desvalorização das formações de cariz mais prático, e que tinham inclusivamente uma tradução na organização do Ensino Secundário. A nossa responsabilidade e o que está ao nosso alcance imediato é a mudança na organização do sistema educativo; no futuro, a valorização destes percursos e formações necessitará de um amplo esforço de sensibilização social para a sua importância individual e colectiva.

#### **4. Que resultados espera obter da celebração dos contratos de desenvolvimento e autonomia? E qual o ritmo previsto para a sua assinatura?**

O processo de negociação e celebração de contratos foi muito importante, na medida em que permitiu uma clarificação das regras relativas, por um lado, aos papéis a desempenhar pelos conselhos executivos, pelos municípios e por outros agentes externos às escolas, como as associações de pais, bem como pelo ME; e, por outro, ao grau de autonomia e competências delegadas, bem como às responsabilidades associadas. Esta clarificação facilita também o processo em curso de revisão do 115/A.

#### **5. O Reconhecimento e Validação dos saberes e competências dos Activos é outro vector importante. Haverá algum fundamento no receio de este processo se converter numa emissão administrativa de credenciais que terão pouco valor de uso e escasso valor social?**

É importante dizer que existem riscos de degradação de qualidade e do rigor dos procedimentos em qualquer actividade. O que é essencial é dispor de mecanismos de avaliação e acompanhamento para garantir a qualidade e o rigor desses procedimentos, e o reconhecimento e validação dos saberes e competências não foge a essa regra. Seria negativo que, a nível público, se alimentasse uma imagem de desconfiança sobre o controlo de qualidade de uma medida tão importante para o país e para as pessoas envolvidas nestes processos.

#### **6. Ao sistema de avaliação dos professores são apontadas diversas vantagens e riscos. O que será necessário fazer para reduzir os riscos e potenciar as vantagens?**

É necessário que os processos de avaliação garantam aos professores e às escolas o rigor e a transparência de todo o processo, mas existe uma outra dimensão muito importante: a aceitação do

processo e do modelo de avaliação a definir pelos próprios professores. Os princípios inscritos no *Estatuto da Carreira Docente* não determinam as práticas mas apenas as condicionam, pelo que o sistema de avaliação de professores será aquilo que os professores, as suas associações e as escolas quiserem que ele seja. É essencial que os professores se apropriem do modelo de avaliação e o defendam, criando condições e incentivos para uma promoção sistemática do desenvolvimento de boas práticas, e impedindo que aquele se degrade ou acabe por cair no desinteresse colectivo.

#### **7. Que alterações prevê introduzir no sistema de direcção e gestão das escolas e agrupamentos?**

São três os nossos objectivos nesta área. O primeiro é o reforço das competências de gestão de topo. O segundo é a melhoria do funcionamento dos órgãos intermédios de gestão das escolas; a criação da categoria de professor titular no âmbito da revisão do *Estatuto da Carreira Docente* é uma primeira medida estruturante. O terceiro passa pela abertura da escola ao exterior, ou seja, pelo progressivo envolvimento e participação das autarquias, dos pais e de outros agentes da comunidade educativa. A abertura da escola à participação de outros agentes com responsabilidades na área da educação será cada vez mais importante no futuro e deve ser vista como uma oportunidade para aumentar a capacidade de resposta da escola a vários desafios educativos, em particular o de reduzir o insucesso e o abandono escolar dos alunos.

#### **Comentários breves a expressões-chave:**

- (a) **Autoridade do professor:** reforçada pelo novo *Estatuto do Aluno* e pelo enquadramento que a escola enquanto organização deve proporcionar.
- (b) **Responsabilização dos pais:** a democratização do ensino trouxe uma nova exigência de participação e envolvimento dos pais na vida da escola e no acompanhamento do percurso escolar dos alunos. O caminho será sempre o de uma maior exigência.
- (c) **Certificação de manuais escolares:** mecanismo importante para garantir a qualidade e, dessa forma, regular o mercado e proteger os interesses dos alunos e das famílias. ●